

GRUPAMENTO DE APOIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Estudo Técnico Preliminar 106/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: Em elaboração

2. Descrição da necessidade

A Seção de Subsistência (SSU) atende todo o efetivo do Grupamento de Apoio de São José dos Campos (GAP- SJ) e mais 16 unidades militares pertencentes à Guarnição de Aeronáutica de São José dos Campos (GUARNAE-SJ), disponibilizando refeições diárias para os comensais, aproximadamente 200 mil refeições mensais, contendo três refeições ao dia, além de outros apoios realizados aos alunos do ITA e à equipe de serviço que realiza a guarda e a segurança da GUARNAE. O objetivo final é proporcionar uma alimentação saudável de acordo com as Leis da Nutrição: quantidade, qualidade, harmonia e adequação. Importante salientar que a SSU também oferece apoio às comitivas em visitas, reuniões, cursos, treinamentos, entre outros, que podem aumentar significativamente a previsão inicial das preparações, além do aumento do número de comensais. Os cardápios são elaborados pelas nutricionistas atuantes nesta Administração, baseados no Manual de Alimentação das Forças Armadas, que contém preparações variadas a fim de alcançar a satisfação das pessoas atendidas pela SSU.

A SSU possui estrutura física, equipamentos e recursos humanos capacitados, que possibilitam o armazenamento, a produção e a distribuição de alimentos. A essencialidade e o interesse público da contratação decorrem da necessidade de assegurar a continuidade do apoio alimentar ao efetivo e aos públicos atendidos, contribuindo para a manutenção regular das atividades administrativas e operacionais da Força Aérea Brasileira. Portanto, a aquisição de gêneros alimentícios mostra-se indispensável para o adequado funcionamento da rotina institucional desta Organização Militar.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Seção de Subsistência do Grupamento de Apoio de São José dos Campos	Renan Flores Cap Int

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A futura solução será disciplinada de acordo com as normas: Lei nº 14.133/2021 e o Decreto nº 11.462/2023.

Trata-se de aquisição de bens comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010, o fornecedor deverá, no que couber conforme a solução alcançada: fornecer os bens, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

Ademais, deverão ser observadas as orientações contidas no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis disponibilizado pela Consultoria-Geral da União conforme a solução encontrada pela Administração.

Devido às características de armazenagem e as condições da elaboração das refeições da SSU, as entregas dos bens deverão ocorrer conforme as necessidades deste Setor, mediante pedidos parciais. A contratada deverá cumprir com as obrigações e demais condições de entrega, que serão descritas no termo de Referência.

Os veículos que realizarão o transporte de alimentos deverão seguir as recomendações estabelecidas na Portaria CVS 05/04/2013.

O prazo de vigência de cada contratação decorrente da Ata de Registro de Preços será de 35 (trinta e cinco) dias úteis, contados da data da emissão dos Instrumentos Substitutivos do Termo de Contrato (Nota de Empenho), sem prejuízo da vigência da Ata de Registro de Preços, observadas as necessidades de fornecimento parcelado da SSU.

Deverão ser observados os critérios dispostos no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, bem como as disposições da Lei Complementar nº 123, de 2006, especialmente quanto ao tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte (ME/EPP), quando cabível.

A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada a vantajosidade para a Administração, nos termos do Decreto nº 11.462/2023.

5. Levantamento de Mercado

Para o levantamento de possíveis soluções, foram realizadas pesquisas de Estudos Técnicos Preliminares elaborados por outras instituições, inclusive contratações realizadas anteriormente pela SSU que supriram a necessidade similar a encontrada neste Estudo Técnico Preliminar. Tendo em consideração as características das estruturas físicas, dos equipamentos e recursos humanos capacitados já presentes na SSU, como mencionados anteriormente. Também foram realizadas pesquisas no mercado atual através de sítios eletrônicos especializados em comercialização de produtos e prestação de serviços que possam ser uma possível solução da necessidade apontada.

Face ao exposto as seguintes soluções foram encontradas:

Nº	SOLUÇÕES	VANTAGENS	DESVANTAGENS
1	AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	Melhor aproveitamentos dos recurso já presentes na Administração, como supracitado. Variedade de opções no mercado. Ampla alcance de competitividade, devido a variedade de fornecedores que podem ofertar os bens. Características dos objetos sendo considerado comum.	Grande variação dos preços no mercado durante o decorrer do ano.
2	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÃO	Serviço de subsistência totalmente terceirizado.	Tendo em vista que a SSU já possui recursos suficientes para o fim que se almeja, a terceirização do serviço não aproveitaria as ferramentas já disponibilizadas nesta OM. Ocasionando ônus para Administração.

6. Descrição da solução como um todo

A partir do item anterior, a solução que atenderá a necessidade presente será a aquisição de gêneros alimentícios café e açúcar. Tendo em vista as características das estruturas físicas, equipamentos e recursos humanos capacitados já presentes na SSU.

A aquisição destes itens servirá para manter a continuidade das atividades desenvolvidas pela SSU. Estes insumos proporcionarão a manutenção do abastecimento necessário ao atendimento da demanda de alimentação do efetivo da guarnição militar. Os alimentos serão empregados na cozinha da Seção de Subsistência, tendo em vista a reposição do estoque dos gêneros, procurando atender à atividade-fim desta Administração destinada a toda a GUARNAE-SJ, para que o GAP-SJ cumpra a sua missão institucional e as atribuições estabelecidas por meio de seu Regimento Interno.

Para esta aquisição, deverão ser observados os seguintes levantamentos:

Não será utilizada a cota reservada, pois a utilização de cota reservada para microempresas e empresas de pequeno porte mostra-se desvantajosa para a Administração no cenário deste processo. Tratando-se de insumos alimentícios e da atividade de subsistência, torna-se impraticável haver mais de um fornecedor para o mesmo item, pois podem haver produtos com características distintas entre um item e outro, matérias-primas com qualidades diversas e diferenças de rendimento e preparo, o que influencia diretamente na manipulação durante a confecção do produto final. A mistura de qualidades pode acarretar perda ou desperdício de materiais, ocasionando prejuízo à missão e ao orçamento da Administração Pública.

De acordo com o art. 8º do Decreto nº 8.538, de 2015, as entidades contratantes deverão reservar cota às microempresas e empresas de pequeno porte, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou o complexo do objeto, ratificando os esclarecimentos acima.

Deve-se considerar, ainda, que as entregas parceladas são realizadas conforme o planejamento das preparações da Seção de Subsistência, dificultando o controle e a utilização de materiais com qualidades distintas. Tamanha gestão dificulta a administração de diferentes fornecedores, podendo, de maneira inadvertida, ocasionar dano ao erário devido às especificidades da contratação.

Será utilizada a modalidade pregão eletrônico, em razão de sua celeridade, eficiência, desburocratização, economicidade e publicidade, ampliando a divulgação do certame. Além disso, o objeto a ser licitado possui padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 29 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

O critério utilizado será o de menor preço, considerando o menor dispêndio para os recursos públicos, uma vez que esta Organização poderá adquirir bens comuns pelo menor custo possível no mercado, atendidos os parâmetros mínimos de qualidade definidos no edital.

A combinação dos modos de disputa aberto e fechado pode oferecer uma abordagem mais completa e equilibrada para conduzir a licitação, maximizando os benefícios de transparência, competitividade, sigilo e eficiência.

A combinação destes parâmetros, modalidade Pregão Eletrônico com critério de julgamento pelo menor preço e modo de disputa aberto e fechado, contribuirá para a isonomia entre os participantes, permitindo ampla concorrência e, simultaneamente, contribuindo para a economicidade da Administração Pública, de acordo com a Lei nº 14.133/2021.

Será exigida qualificação econômico-financeira. Tal exigência se justifica pela aferição da capacidade econômico-financeira da empresa, assegurando a esta Administração a futura execução integral das obrigações assumidas pela licitante vencedora. Assim, a exigência mostra-se adequada e proporcional à natureza da contratação, resguardando o interesse público e a regular execução contratual.

Conforme a IN SEGES/ME nº 116, de 21 de dezembro de 2021, há previsão de participação de pessoas físicas nas contratações públicas. Todavia, quando a contratação exigir estrutura mínima, organização comercial e capacidade operacional incompatíveis com a natureza profissional da pessoa física, sua participação pode ser afastada. Assim sendo, devido à necessidade de fornecimento parcelado, regularidade logística e capacidade de atendimento continuado, torna-se incompatível a contratação de pessoa física para o presente objeto.

O prazo de execução estipulado assegura o abastecimento regular dos estoques da Administração, evitando desperdícios e reduzindo a necessidade de grandes armazenagens, o que pode impactar a logística interna. O prazo estabelecido é compatível com as boas práticas do mercado e com a capacidade operacional de diversos fornecedores, permitindo um planejamento adequado da

produção e distribuição, sem comprometer a eficiência das entregas. Ressalta-se que, em processos semelhantes já conduzidos pela SSU, esse prazo de execução foi mantido. Além disso, um prazo mais extenso poderia aumentar o risco de desabastecimento, especialmente em períodos de maior consumo ou diante de dificuldades logísticas inesperadas.

Justificativa Técnica das Especificações – Café Torrado e Moído

A definição das especificações técnicas para o item café torrado e moído leva em consideração o uso contínuo e diário do produto pelas unidades consumidoras, especialmente nas seções de subsistência, onde é servido regularmente como parte da alimentação dos usuários. Dada a frequência e a escala de consumo previamente estimadas, torna-se essencial adotar critérios que assegurem a qualidade, a padronização sensorial, a segurança sanitária e a economicidade ao longo do fornecimento, em conformidade com o dever de planejamento da contratação previsto na Lei nº 14.133/2021.

O café deverá apresentar padrão mínimo de qualidade compatível com produto tradicional de mercado, de forma a garantir aroma, sabor, corpo e aceitação adequados pelos usuários, evitando a aquisição de produtos de baixa qualidade que, embora mais baratos, possam resultar em desperdício, insatisfação e perdas operacionais.

A exigência de validade mínima de 12 (doze) meses a contar da entrega tem por finalidade assegurar o adequado armazenamento e uso do item durante o período de consumo, evitando perdas por vencimento e contribuindo para a racionalização dos estoques.

Do ponto de vista sanitário e regulatório, o produto deverá atender à legislação aplicável aos alimentos destinados ao consumo humano, especialmente à RDC Anvisa nº 716/2022, no que se refere aos requisitos sanitários do café; à RDC Anvisa nº 623/2022, quanto aos limites de tolerância para matérias estranhas em alimentos; e às normas de rotulagem aplicáveis aos alimentos embalados, em especial à RDC Anvisa nº 727/2022 e, no que couber, à RDC Anvisa nº 429/2020 e à IN Anvisa nº 75/2020.

A conformidade do produto com os requisitos de qualidade e pureza poderá ser comprovada por laudo técnico, ficha técnica do fabricante, certificado de qualidade ou documento equivalente.

Tais exigências visam preservar a saúde dos usuários, assegurar a conformidade legal e promover a vantajosidade global da contratação, considerando o rendimento por embalagem, o impacto na operação dos equipamentos, a frequência de reposição e descarte, bem como a redução de perdas operacionais.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Foi utilizado como metodologia de cálculo para fins da estimativa da quantidade total dos itens, o documento "Memória de Cálculo", onde consta maiores detalhamentos dos cálculos utilizados para a estimativa da demanda, anexado ao processo.

7.1 Estimativa das quantidades a serem contratadas:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO MÁXIMA	QUANTIDADE TOTAL ESTIMADA
1	Café. Apresentação: torrado e moído. Tipo: único. Torrefação: ponto de torra média. Embalagem: a vácuo, contendo 500 gramas.	UND	100	10.000	13.000
2	Açúcar. Coloração: branca. Tipo: cristal. Embalagem com 5 kg.	UND	50	1.800	2.000

3	Açúcar. Coloração: branca. Tipo: cristal. Embalagem com 2 kg.	UND	20	4.000	6.350
---	---	-----	----	-------	-------

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 603.567,50

O custo estimado da contratação é de R\$ 603.567,50 (seiscentos e três mil quinhentos e sessenta e sete reais e cinquenta centavos).

8.1 Preços unitários referenciais.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTD	Valor de Referência Unitário R\$	Valor de Referência Total R\$
1	Café. Apresentação: torrado e moído. Tipo: único. Torrefação: ponto de torra média. Embalagem: a vácuo, contendo 500 gramas.	UND	13.000	R\$39,00	R\$507.000,00
2	Açúcar. Coloração: branca. Tipo: cristal. Embalagem com 5 kg.	UND	2.000	R\$20,82	R\$41.640,00
3	Açúcar. Coloração: branca. Tipo: cristal. Embalagem com 2 kg.	UND	6.350	R\$8,65	R\$54.927,50
TOTAL					R\$603.567,50

O documento Justificativa e Metodologia de Pesquisa de Preços está anexado ao processo, o qual consta a metodologia utilizada para estimativa dos valores de acordo com a Instrução Normativa nº 65, de julho de 2021.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Optou-se pelo parcelamento do objeto considerando suas características de fornecimento e as unidades de medidas usuais do mercado serem compatíveis com esta Organização Militar. Ademais o parcelamento também visa a ampliação da competição dos possíveis fornecedores. Desta forma, foi observado o que direciona o § 2º do Art. 40 da Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Estão sendo elaborados outros processos com o objetivo de aquisições de gêneros alimentícios diversos para que seja atendida a necessidade elencada neste Estudo. Ressaltando que para o preparo das refeições são necessários alimentos variados como proteínas, laticínios, hortifrutis e industrializados para a composição do cardápio disponibilizado diariamente.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A futura aquisição está alinhada com Planejamento Anual de Aquisições e Contratações de 2026 do GAP-SJ e em conformidade com o Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS) do Grupamento de Apoio de São José dos Campos.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Este processo, a ser realizado pela modalidade Pregão Eletrônico, via Sistema de Registro de Preços, visa à aquisição do gênero alimentício (café e açúcar), com o intuito de realizar aquisições parceladas do material, ao longo da validade da respectiva ata, o qual será empregado na elaboração de alimentos da Seção de Subsistência (SSU).

O objeto a ser adquirido será utilizado nas refeições diárias dos comensais, onde sua conclusão permitirá a confecção de um cardápio variado, além da adequada nutrição dos militares apoiados.

Por conseguinte esta solução atenderá à atividade final da SSU destinada a toda GUARNAE-SJ, permitindo que o GAP-SJ cumpra a sua missão institucional e as atribuições estabelecidas por meio de seu Regimento Interno, pautado sempre pelos princípios da economicidade e eficiência, consequentemente levando um melhor aproveitamento dos recursos financeiros, materiais e humanos da Força Aérea Brasileira.

13. Providências a serem Adotadas

Para realização dessa aquisição será necessária uma comissão de recebimento de material, a qual foi designada pelo GAP-SJ. O documento citado será anexado ao processo.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Os bens a serem adquiridos podem gerar impactos ambientais no meio ambiente, caso o descarte dos resíduos, após o uso, seja feito de maneira incorreta.

Para mitigar possíveis impactos ambientais a SSU possui uma política de logística ambiental onde é realizada a correta separação dos resíduos orgânicos, comuns e potencialmente recicláveis, oriundos do serviço de preparação e fornecimentos das refeições, acondicionados corretamente de acordo com sua classificação para posterior coleta pela empresa responsável.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Os estudos técnicos preliminares evidenciaram que a solução apresentada para esta aquisição mostra-se tecnicamente e economicamente viável, além de necessária e devidamente fundamentada. Assim, diante do exposto e de acordo com o presente Estudo, esta Equipe de Planejamento declara viável a eventual aquisição, cujas motivações encontram-se registradas neste Estudo Técnico Preliminar e nos demais documentos que instruem o processo. Desse modo, aprova-se o presente ETP.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ANA BEATRIZ CONDE DA MOTTA BARONI

Secretária da Equipe de Planejamento

LEBRUNI SOUZA OLIVEIRA

Membro da Equipe de Planejamento

RENAN FLORES

Presidente da Equipe de Planejamento



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	06 - Estudo Tecnico Preliminar
Data/Hora de Criação:	29/04/2026 13:38:34
Páginas do Documento:	7
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	8
Hash MD5:	c093b54f731f5daded0311688e95fe72
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten ANA BEATRIZ CONDE DA MOTTA BARONI no dia 30/04/2026 às 08:10:38 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten LEBRUNI SOUZA OLIVEIRA no dia 30/04/2026 às 08:12:11 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cap RENAN FLORES no dia 30/04/2026 às 08:14:32 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cap RENAN FLORES no dia 30/04/2026 às 08:16:26 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cap JONATHAS HENRIQUE DE MELO no dia 04/05/2026 às 06:23:40 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cel ANDRE LUIZ RODRIGUES DA COSTA no dia 04/05/2026 às 06:53:59 no horário oficial de Brasília.

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO